



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Política social, seguridade social e proteção social

**Análise da produção sobre saúde mental nos periódicos de
Serviço Social**

Cristina Vieira Levandovski ¹
Laura Pacheco Alves ²

Resumo: Neste artigo objetiva-se apresentar reflexões sobre obras publicadas nas revistas da área do Serviço Social referentes ao tema da saúde mental. Constitui-se como estudo exploratório de tipo bibliográfico cujas fontes de pesquisa são os artigos publicados em periódicos brasileiros classificados no sistema Qualis A1 da área de Serviço Social no período de 2021 a 2024. A partir da análise de dados, aponta-se que a produção da área sobre o tema volta-se para três grandes eixos: análise da política de saúde mental; determinação social e saúde mental; e trabalho profissional e cuidado em saúde mental.

Palavras-chave: Saúde Mental; Revisão Bibliográfica; Área de Serviço Social.

Abstract: This article aims to present reflections on studies published in Social Work journals on the topic of mental health. It is an exploratory bibliographic study, using as its research source articles published in Brazilian journals classified as Qualis A1 in the field of Social Work between 2021 and 2024. Data analysis indicates that scholarly production in the field focuses on three main areas: mental health policy analysis; the social determinants of mental health; and professional practice and mental health care.

Keywords: Mental Health; Literature Review; Social Work Field.

¹ Assistente Social, especialista em saúde da família e comunidade pelo programa de residência em área da saúde do Grupo Hospitalar Conceição, servidora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestranda no programa de pós-graduação em Serviço Social da UFSC, cristina.levandovski@ufsc.br.

² Assistente Social, mestranda no programa de pós-graduação em Serviço Social da UFSC, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar, Sociedade, Família e Política Social (NISFAPS), laurapachecoalves1@gmail.com.



I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho origina-se dos interesses de pesquisa das mestrandas, tendo como finalidade identificar e analisar as publicações relacionadas à saúde mental nos periódicos A1 da área de Serviço Social, entre os anos de 2021 e 2024. Considerando os grandes temas das pesquisas “saúde mental e universidade” e “internação psiquiátrica da população em situação de rua”, o debate sobre o adoecimento psíquico apresenta alta relevância para as pesquisadoras. Diante da centralidade do tema, verifica-se a necessidade de compreender como as revistas da área têm absorvido obras voltadas à saúde mental no trabalho profissional, na análise de políticas e nos desdobramentos articulados ao sofrimento mental.

Questões de saúde mental perpassam os mais diversos campos de atuação dos(as) assistentes sociais, inclusive aqueles(as) não inseridos(as) estritamente na política de saúde. Compreender como esse conhecimento tem sido produzido dentro dos periódicos da área de Serviço Social é a questão norteadora deste trabalho. Espera-se que a análise do debate atual contribua com o direcionamento das dissertações e com a compreensão das temáticas acerca da saúde mental que estão em pauta na área. Assim, o levantamento de obras torna-se chave para referenciar a visão de saúde mental incorporada nos periódicos recentes de Serviço Social.

Trata-se de um estudo exploratório de tipo bibliográfico cujo objetivo é analisar os textos publicados sobre saúde mental em revistas da área de Serviço Social no período de 2021 a 2024. As obras foram selecionados a partir dos seguintes critérios: 1) Revistas Qualis A1 de origem brasileira que possuíam o Serviço Social como área de avaliação e área-mãe, de acordo com a classificação de periódicos do quadriênio 2021-2024 da Plataforma Sucupira; 2) conter as expressões “Saúde Mental” ou “Adoecimento Psíquico” ou “Sofrimento Mental” no título, resumo ou palavras-chave de obras (artigo, resumo, resenha, relato de experiência); 3) ter a saúde mental como elemento central da obra, e não como uma questão periférica ou um desdobramento secundário do tema principal.

O levantamento não apresentou restrição quanto à região geográfica nacional de produção ou categorias profissionais envolvidas na elaboração das obras, observando-se distintas áreas na elaboração dos textos. O recorte de tempo, em relação ao quadriênio de 2021 a 2024, é considerado devido à atualidade das respectivas pesquisas de mestrado, buscando entender como tem se dado a produção sobre a saúde mental nestes periódicos, além de servir como fonte para as dissertações.

Ao todo foram analisadas nove revistas, sendo as seguintes: Argumentum; O Social em Questão; Oikos: Família e Sociedade em Debates; Revista de Políticas Públicas da UFMA; Revista em pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea; Katálisis; Ser Social; Serviço Social e Sociedade; Temporalis. O levantamento bibliográfico abrangeu 1.516 obras, após a análise, 60 foram selecionados considerando o atendimento integral aos critérios de seleção estabelecidos. A partir destes dados, procedeu-se ao tratamento e à análise, visando reflexões



sobre a temática da saúde mental e a área do Serviço Social.

O trabalho organiza-se em três partes: inicialmente, apresenta-se uma contextualização histórica sobre a política de saúde mental no contexto brasileiro, seguida da exposição quantitativa dos dados obtidos no levantamento bibliográfico. Em um segundo momento, procede-se à análise qualitativa das temáticas centrais dos artigos, estabelecendo relações entre a saúde mental e os eixos predominantes em cada obra. Por fim, apresentam-se as considerações finais do trabalho, refletindo sobre a presença da temática de saúde mental nos periódicos de Serviço Social e a importância do tema continuar sendo explorado na área.

II. DESENVOLVIMENTO

O campo da saúde mental no Brasil tem passado por profundas reconfigurações desde o século passado, impulsionado por movimentos globais de crítica ao modelo asilar. Historicamente, desde a implementação dos primeiros centros de atenção à saúde mental no país, inicialmente sob a estrutura filantrópica da Igreja e, posteriormente, pelo modelo médico-centrado dos hospitais psiquiátricos, a perspectiva predominante era a da correção e do isolamento. Sob essa lógica, indivíduos que não se adequavam às normas sociais eram rotulados como 'desajustados', representando uma suposta ameaça à ordem pública, o que justificava intervenções pautadas na segregação e na tutela estatal (Amarante, 2013).

Neste sentido, todos que não cumprissem as exigências do *status quo* eram designados como loucos e passíveis de tratamento moral: população em situação de rua, pessoas com deficiência e pessoas em sofrimento mental eram aglutinados em uma única categoria, como moralmente incompatíveis com a vida em sociedade. Assim, são estruturadas instituições que pudessem lidar com esses sujeitos, de modo a reajustá-los à lógica do trabalho e da vida naquele contexto. Estes espaços possuíam uma função social e política específica, mas eram movidos pelo disfarce do tratamento psíquico, por meio de práticas higienistas e assistencialistas, mais do que propriamente médicas, sem visar, contudo, à autonomia dos sujeitos.

Ao longo do século XX, muitas são as atualizações da política de saúde e no tocante ao tratamento mental no Brasil. As perspectivas sobre a temática sempre estiveram em debate e disputa, considerando a dinamicidade da realidade e os movimentos teórico-práticos de diferentes categorias profissionais, numa correlação de forças constante para o direcionamento das práticas para a saúde mental nacional. Alguns dos marcos deste período são a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões em 1923, tendo como um de seus benefícios a assistência médica a trabalhadores; passando por governos que favoreceram políticas mais populistas; e mobilizações que culminaram na promulgação da Constituição Federal em 1988 (Amarante, 2013). A partir disto, assistência e previdência social e saúde passam a compor o tripé da seguridade social, estabelecendo direitos fundamentais para políticas de saúde no país.

Esses direitos são resultado de uma densa luta das classes trabalhadoras e diferentes



esferas da sociedade na busca por condições dignas de vida e necessidades básicas atendidas pelo Estado, a exemplo da saúde, transformada em direito social, universal e de cidadania. Devido à heterogeneidade dos movimentos, o debate crítico acerca de práticas e tratamentos no que tange à saúde mental variava entre os diversos grupos. Via-se certa concordância quanto à alteração de práticas carcerárias de isolamento dos sujeitos em adoecimento psíquico, mas as partes defendiam diferentes projetos para novos hospitais psiquiátricos e centros de atenção.

No hospital psiquiátrico, emerge um contraste entre as teorizações "terapêuticas" de toda a psiquiatria acadêmica antiga e moderna, e o mundo das dificuldades em que a doença mental encontra a própria realidade de violência e de opressão. Esta consciência implica numa escolha entre um método de pesquisa descritivo, tecnicista e "neutro" (representado pela filosofia atual do estruturalismo) e uma pesquisa que dedique-se a um empenho pessoal, um compromisso em um campo de ação onde a política é inseparável da pesquisa, a práxis da reflexão sobre esta práxis (Amarante, 2008, p. 37).

É no movimento da Reforma Sanitária, a partir da década de 1970, que a universalização, a responsabilidade do Estado pela garantia de direitos e a participação popular tornam-se pautas centrais nos debates sobre a saúde no país. Nesta fase, são reconhecidas influências no processo de adoecimento da população, isto é, o estudo das doenças desloca sua lente estritamente biológica para compreender também o impacto dos determinantes sociais (condições econômicas, políticas, culturais e ambientais) (Garbois, Sodré, Dalbello-Araujo, 2017). A partir dessas discussões, variadas categorias profissionais promoveram movimentos de ruptura com práticas conservadoras, buscando adequar-se às proposições da Reforma e visando à ampliação dos direitos da população e ao fortalecimento de políticas públicas de caráter social que respeitassem a autonomia dos sujeitos.

A Reforma Psiquiátrica brasileira reflete as discussões no âmbito mundial acerca do tratamento do adoecimento psíquico e também das Conferências Nacionais de Saúde, transpondo esses ideais para o campo da saúde mental. Buscava-se romper com o controle violento das instituições psiquiátricas e garantir direitos básicos aos sujeitos em sofrimento psíquico, reconhecendo que a reforma do sistema de saúde é indissociável das lutas sociais. Para Amarante (2008), este movimento marca o reconhecimento da correlação da saúde pública com diferentes pautas na sociedade, incorporando dimensões da cidadania na análise de práticas para o tratamento em saúde mental. Um dos pilares da reforma era a Luta Antimanicomial, que reconhecia a importância da liberdade e da autonomia dos indivíduos, negando as práticas hospitalocêntricas de exclusão e discriminação daqueles que necessitam de tratamento psíquico.

Estes dois grandes movimentos, ainda que apresentados brevemente, são elementos-chave para a compreensão da perspectiva de saúde mental no Brasil atual. Apesar das décadas decorridas desde o surgimento dessas mobilizações, é notável a necessidade contínua de referenciar e fortalecer projetos que defendam tratamentos centrados nos sujeitos e em suas singularidades, garantindo o respeito à dignidade, à cidadania e ao cuidado em liberdade. Justamente por ser a Política Nacional de Saúde Mental um campo de disputa entre diferentes



vertentes, torna-se elementar analisar a produção acadêmica sobre a temática. Considerando a formação das autoras, busca-se investigar como as publicações sobre o tema têm emergido em periódicos do Serviço Social, avaliando a periodicidade dessas obras, suas temáticas centrais e as principais tendências teórico-metodológicas adotadas.

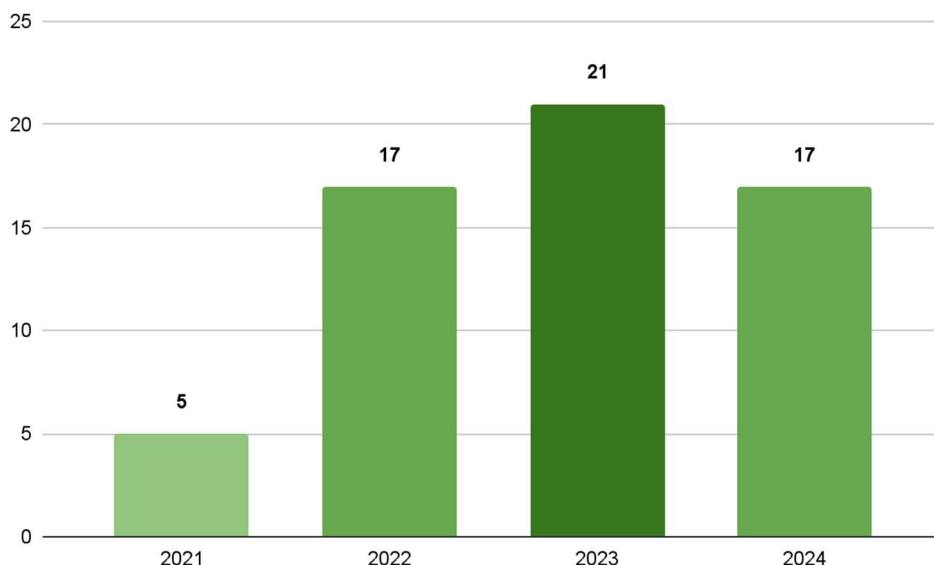
A pesquisa iniciou-se com uma consulta à seção de periódicos da Plataforma Sucupira, visando selecionar as revistas para a coleta de dados. Inicialmente, utilizou-se a ferramenta de busca do site, selecionando no 'Evento de Classificação' o Quadriênio 2021-2024, na Área de Avaliação: Serviço Social, com Qualis A1. Esses filtros resultaram em 198 periódicos de diversos países e diferentes áreas de conhecimento como área-mãe: história, educação, geografia, antropologia, direito, psicologia, saúde coletiva, economia, entre outros. A partir desse levantamento, as autoras realizaram uma triagem manual para distinguir as revistas brasileiras cuja área-mãe era, especificamente, o Serviço Social. Esse refinamento resultou em nove periódicos: Argumentum; O Social em Questão; Oikos: Família e Sociedade em Debates; Revista de Políticas Públicas da UFMA; Revista em pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea; Katálisis; Ser Social; Serviço Social e Sociedade; Temporalis.

A partir dos critérios estabelecidos para seleção dos artigos, de um universo de busca de 1516 obras encontradas nestas revistas, foram destacados 72 que continham as palavras "Saúde Mental" ou "Adoecimento Psíquico" ou "Sofrimento Mental" no título, resumo ou palavras-chave. Cabe o destaque de que havia mais três artigos relacionados ao tema¹, mas não foram incluídos na contagem porque não se encaixavam nos critérios para a seleção. Apesar destas obras não cumprirem os requisitos para esta pesquisa, encontravam-se em edições que possuíam a saúde mental como temática central e abordavam temas pertinentes ao coletado.

Após leitura, análise e classificação das temáticas dos resumos, foram excluídos 12 artigos que não traziam como tema central a saúde mental, apresentando-a como elemento secundário ou enquanto aspecto que influenciava o tema proposto ou era impactado por este. Desse modo, o universo de análise deste estudo correspondeu a 60 artigos.

Um aspecto a ser analisado refere-se à distribuição quantitativa das obras por ano. Quanto à recorrência dos artigos, observa-se um volume reduzido em 2021, seguido por um crescimento expressivo nos anos seguintes, nos quais o número de textos sobre a temática chegou a triplicar. Um elemento que pode influenciar essa ascensão é o contexto pós-pandêmico, período em que a saúde mental ganhou visibilidade no debate acadêmico em virtude dos impactos que sofria pelas condições precárias de trabalho, do isolamento social, da crise financeira e da reestruturação operacional de diversas instituições. A distribuição das publicações ao longo do período analisado está detalhada no Gráfico 1.

¹Os artigos encontrados traziam como discussão central a gênese da política sobre drogas no país e a correlação com o racismo (Silva; Rosa, 2021), os reflexos da chamada contrarreforma psiquiátrica para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (Silva; Pezzato; Lima 2024) e a luta antimanicomial em governos democráticos-populares (Albrecht, 2022).

**Gráfico 1** - Relação de artigos selecionados por ano de publicação

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Dentre as nove revistas utilizadas para a coleta de artigos, oito apresentaram ao menos um texto que se enquadrou nos critérios da pesquisa. O único periódico no qual não foram identificadas as expressões do filtro de busca foi o “Oikos: Família e Sociedade em Debate”. Esta revista abordou ao longo dos anos temas como movimentos sociais, idadismo, direitos reprodutivos, política social e família, violência religiosa e de gênero, tecnologia digital, trabalho doméstico remunerado, entre outros. No entanto, nenhum artigo foi selecionado contendo as expressões “Saúde Mental”, “Adoecimento Psíquico” ou “Sofrimento Mental” no título, resumo ou palavras-chave. A proporção de artigos selecionados em relação às revistas analisadas está representada na Tabela 1.

Tabela 1- Proporção do número de artigos selecionados nas revistas por ano de análise.

	2021	2022	2023	2024
Argumentum	-	2	13	3
O social em questão	-	-	1	-
Serviço Social e Sociedade	-	-	1	2
Oikos: Família e Sociedade em Debates	-	-	-	-
Revista de Políticas Públicas da UFMA	1	1	1	1
Em Pauta	-	13	-	10
Ser Social	3	-	-	-



Temporalis	-	-	1	1
Katálýsis	1	1	4	-
Total	5	17	21	17

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

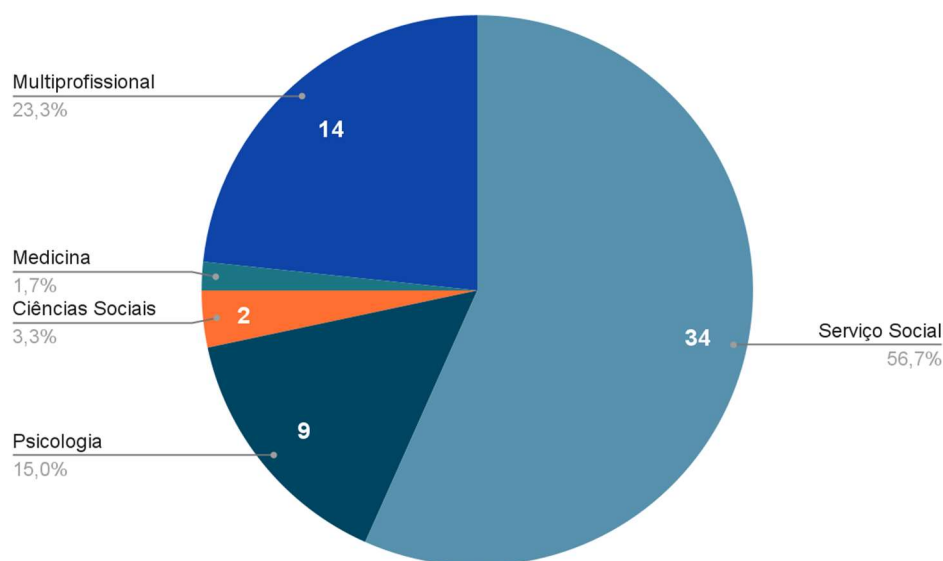
O significativo quantitativo de artigos selecionados nas revistas *Argumentum* e *Em Pauta* explica-se em razão de terem feito edições voltadas para a temática de saúde mental. A *Argumentum* realizou uma edição cujo título foi “Saúde mental em tempos de crise: aumento das situações de sofrimento mental, erosão da política e reversão conservadora”. A revista *Em Pauta* dedicou duas de suas edições ao tema, trazendo, no ano de 2022, o título “Política de Saúde Mental, Luta Antimanicomial e o Modelo de Atenção Psicossocial no Brasil: retrocessos, resistências e desafios contemporâneos” e, em 2024, a “Política de Saúde Mental, uso de álcool e outras drogas”. Pelos próprios títulos das edições conterem expressão usada para critério de seleção de obras desta pesquisa, aproximadamente 83% dos artigos publicados nestas edições se encaixaram no filtro escolhido.

Acerca disso, avalia-se como um achado importante haver três edições, sendo duas em uma mesma revista, voltadas para a discussão da saúde mental. Compreende-se que esse dado expressa a atualidade e a preocupação da área de Serviço Social com os direcionamentos dados à Política de Saúde Mental, procurando desvelar os retrocessos e a crescente onda conservadora, firmando o compromisso com os preceitos da Reforma Psiquiátrica e do cuidado em liberdade. Ainda que outros tópicos surjam como predominantes, com diversas edições focalizadas na Questão Social, na Ética Profissional e no Racismo, temáticas de extrema importância, a presença da saúde mental como objeto central indica uma valorização e reconhecimento da área. Isso abre espaço para que o tema seja tratado com o devido protagonismo dentro dos periódicos de Serviço Social.

Ao analisar a formação dos autores, identificou-se a prevalência de artigos escritos por um único núcleo profissional, com maior frequência daqueles elaborados por assistentes sociais, seguido por psicólogos(as). Também foram identificados quatorze artigos que foram desenvolvidos de forma multiprofissional, dos quais oito contavam com pelo menos um(a) assistente social entre os(as) autores(as). A partir desse dado, identifica-se que a categoria de assistentes sociais está discutindo sobre a saúde mental e pode trazer importantes contribuições para a construção de políticas que estejam alinhadas à Reforma Psiquiátrica. A outra questão relevante é a composição multiprofissional presente nas escritas, correspondendo a 23% dos artigos analisados. Tal aspecto dialoga com o reconhecimento da saúde mental enquanto campo em que diferentes profissionais agregam os seus saberes para a construção do cuidado em saúde. O Gráfico 2 ilustra a divisão dos artigos por formação dos(as) autores(as).



Gráfico 2 - Formação dos(as) autores(as)



Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Cabe ressaltar que a revista *Em Pauta* a partir de 2024, ano em que foi publicada uma edição especial com a temática da saúde mental, deixou de inserir informações sobre a área de formação dos(as) autores(as) nos exemplares, constando apenas nome completo, instituição de vínculo e meio de contato via correio eletrônico. Consequentemente, foi necessário realizar a busca manual nas plataformas digitais como Currículo Lattes e Escavador dos(as) autores(as) para obtenção desse dado.

Os locais de atuação foram mapeados a partir da vinculação institucional descrita pelos(as) autores(as). Em sua maioria, os(as) profissionais atuam no território brasileiro, com exceção de quatro produções internacionais: três oriundas da Argentina e uma de Portugal. Dentre as unidades federativas brasileiras, destaca-se a forte prevalência do Rio de Janeiro, totalizando 15 artigos. Em seguida, estão o Rio Grande do Sul e São Paulo, com quatro artigos por região, e Ceará, Paraná, Distrito Federal e Espírito Santo com 3 artigos cada.

É interessante notar que o periódico com maior volume de publicações correspondentes aos critérios da pesquisa foi a revista *Em Pauta*, totalizando 23 artigos - resultado impulsionado pelas duas edições temáticas já mencionadas. O periódico está sediado no Rio de Janeiro e tal dado pode indicar uma influência regional na adesão das obras, considerando que a proximidade geográfica e o prestígio local da revista podem incentivar pesquisadores(as) da mesma região a submeterem seus textos, buscando a interação com o periódico.

III. RESULTADOS

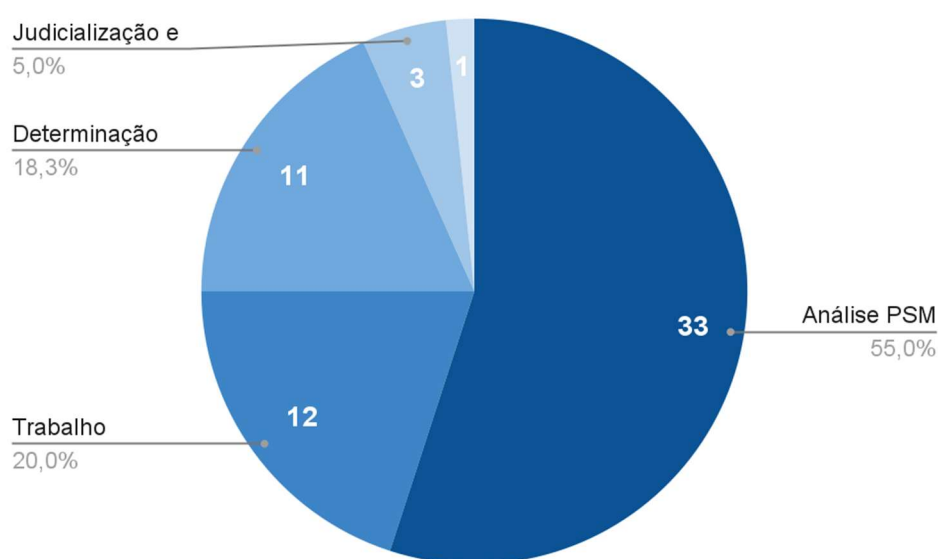
A análise do conteúdo coletado baseou-se no método de Bardin (1979), incluindo etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento de resultados. Após a definição dos filtros de pesquisa e a coleta dos artigos, realizou-se uma leitura flutuante de títulos, resumos e palavras-chave para uma aproximação inicial e identificação das temáticas centrais. Nesse



momento, as obras foram classificadas de acordo com a ênfase teórica dada à saúde mental em cada texto; apesar de os textos apresentarem particularidades de escrita e perspectiva, foi possível notar uma tendência de análise em cada artigo, identificada principalmente a partir de seus resumos.

Portanto, realizou-se a seleção e a aglutinação dos artigos por eixos de aproximação, dividindo-os em cinco categorias temáticas, correspondendo às seguintes: análise da política de saúde mental; determinação social e saúde mental; concepção teórica de saúde mental; saúde mental e judicialização; trabalho profissional e cuidado em saúde mental. O gráfico 2 demonstra a proporção de artigos por área temática.

Gráfico 3 - Proporção de artigos por área temática



Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Conforme demonstrado, 55% dos artigos analisados se enquadram na classificação de temática de “análise da política de saúde mental”. Isso evidencia como a maior parte dos artigos analisados sobre saúde mental na área de Serviço Social volta-se para o estudo da política. Os estudos centram-se em três grandes aspectos. O primeiro corresponde à análise do financiamento da política de saúde mental, focando-se nos desdobramentos do ajuste fiscal (Hoffmann; Freitas, 2023), da disputa pelo fundo público e da priorização de investimentos nas comunidades terapêuticas em detrimento de outros serviços integrantes da RAPS (Prudencio; Theodoro; Baqueiro, 2023). O segundo está voltado para a análise da política de saúde mental no contexto neoliberal e de contrarreforma do Estado, sendo discutido, por exemplo, acerca do avanço conservador na política de saúde mental (Cavalcante; Bellini, 2023) e da retomada de práticas manicomiais (Lira; Oliveira, 2023). Por fim, o último centra-se na discussão acerca das drogas e de políticas proibicionistas (Duarte; Furtado; Tomaz; Silva, 2024).

É essencial ponderar sobre a relevância que a análise da política de saúde mental adquire nessas produções. Considerando que a maior parte dos artigos selecionados foi



elaborada por pesquisadores e docentes, bem como por profissionais inseridos nos serviços, a análise institucional e política ganha ênfase nos debates. Como apontado, o tema das políticas públicas de saúde no Brasil adquire força ao longo do século XX, resultando na cristalização das lutas por direitos universais na Constituição Federal de 1988. Nessa direção, é fundamental que as categorias profissionais continuem refletindo e produzindo sobre as regulamentações que regem seu trabalho e o atendimento à população, e estes dados indicam em que medida isto tem sido feito.

O fato de esse eixo constituir 55% dos artigos selecionados demonstra como a política de saúde mental tem sido objeto prioritário de análise neste âmbito, refletindo o rigor científico e a preocupação ética com a própria elaboração dessas políticas. Tais obras fundamentam perspectivas e fortalecem projetos que possuem potencial de incidência sobre a realidade da população e suas políticas. Além disso, esses artigos dão materialidade às normativas da Política Nacional de Saúde Mental, revelando o cotidiano de atenção e gestão no Brasil e a dinâmica da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no território. Isto é feito a partir de relatos acerca da política assim como reflexões sobre o planejamento e sua gestão, ao envolver o financiamento e o avanço do projeto neoliberal na área de saúde mental.

A categoria determinação social² e saúde mental, em linhas gerais, centrou-se na análise do sofrimento psíquico em grupos específicos, evidenciando as consequências para a saúde mental em razão de contextos de vida, de trabalho, de raça e de gênero. Acerca dos artigos encontrados, destaca-se a importância daqueles que buscam traçar a relação entre sofrimento psíquico e racismo (Pereira; Galoni; Ribas, 2023); (Santos; Costa, 2023), situando o adoecimento de forma coletiva e decorrente de relações de reprodução social fundadas em elementos racistas. Apesar dessas produções também mencionarem a política de saúde mental, observa-se a centralidade da temática racial na discussão dos autores. O conteúdo presente nestes artigos evidencia o âmbito social como atravessador da relação saúde-doença, especialmente ao se refletir sobre a saúde mental sob a perspectiva da determinação social, como preconizado por Garbois, Sodré e Dalbello-Araujo (2017).

A concepção teórica de saúde mental foi encontrada apenas no artigo de Santos e Passos (2024), trazendo como objetivo a discussão da categoria “saúde mental”, em articulação com as concepções de “fatalismo” e “guerra” a partir do pensamento de Ignacio Martín-Baró. Acerca da categoria saúde mental e judicialização, foram encontrados três artigos que traziam a articulação entre a política de saúde mental e o sistema de justiça brasileiro. Dentre as questões abordadas, analisaram-se experiências de desconstrução da lógica manicomial no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico no Rio de Janeiro (Da Silva; Firer, 2022), bem como da judicialização das demandas em saúde mental (Nisiide; Boarini, 2023). Apesar de apenas um artigo mantê-la centralizada, o tema da judicialização tem ganhado relevância nos

² Utiliza-se o conceito de determinação social por compreender o processo saúde-doença enquanto processo social e biológico a partir de uma perspectiva de determinação, entendendo-o como fenômeno coletivo. Nessa perspectiva, o modo de produção e de reprodução social ganham centralidade para o entendimento do processo saúde-doença (Garbois, Sodré, Dalbello-Araujo, 2017).



estudos da área do Serviço Social. Analisar essa temática em interface com a saúde mental oferece indicativos de como a política vem sendo operacionalizada e de como o recurso ao sistema judiciário torna-se recorrente como estratégia para garantir direitos que não são assegurados pela rede de atenção.

O eixo de trabalho profissional e cuidado em saúde mental teve como centralidade os relatos de experiência sobre atividades e ações em saúde mental. Alguns artigos trouxeram o recorte da pandemia de Covid-19, destacando os desafios e alterações que ocorrem no cuidado em saúde mental em decorrência das medidas sanitárias adotadas nesse contexto (Sá; Cotrim, 2024), (Perdonssini; Alves; Menezes, 2021). Por outro lado, outros enfocaram na apresentação de ações que coadunam com os princípios e práticas defendidos pela Reforma Psiquiátrica, a exemplo da utilização da arte enquanto um dispositivo para o cuidado (Valentim; Martins, 2024) e dos processos de efetivação da desinstitucionalização (Miranda; Costa, 2024). Por fim, cabe o destaque da preocupação dos(as) assistentes sociais com o seu fazer profissional, sendo abordada a inserção dessa categoria profissional nos serviços de saúde mental (Tavares; Borelli, 2022), (Freitas; Araújo, 2023).

IV CONCLUSÕES

Os dados apresentados constituem-se de resultados preliminares de um estudo que pode ser ampliado. Avalia-se que, futuramente, se pode expandir o recorte temporal para se ter uma análise de publicações anteriores ao contexto da pandemia e assim traçar um comparativo, identificando o que os periódicos da área vinham publicando acerca da saúde mental. Tal perspectiva permite identificar processos de continuidade ou de ruptura em relação ao que fora preconizado pelas legislações anteriores e o que se manifesta nos dias atuais.

A partir da pesquisa observou-se que os periódicos da área de Serviço Social reconhecem a importância de discussões sobre o tema, já que foram dedicadas três edições voltadas para essa temática no período de 2021 a 2024. Além disso, a partir dos critérios estabelecidos, foram encontrados 60 artigos que continham as expressões “Saúde Mental” ou “Adoecimento Psíquico” ou “Sofrimento Mental” no título, resumo ou palavras-chave nas obras. A coleta e revisão de dados quanto às regiões de origem destes artigos, às categorias profissionais envolvidas nas produções e ao número total destas obras elucidam elementos singulares e da totalidade da inserção da temática nos periódicos de Serviço Social. Estas informações colaboram com uma análise regional de como estão sendo desenvolvidos debates no tema pelo Brasil e quais profissões estão protagonizando as discussões que fortalecem o âmbito acadêmico e profissional da saúde mental.

A análise do conteúdo evidenciou o comprometimento da área de Serviço Social com a construção da Política de Saúde Mental a partir dos preceitos da Reforma Psiquiátrica. Também revelou a preocupação com as suas alterações em decorrência do contexto neoliberal, de agudização do conservadorismo e de intensificação da barbárie social, evidenciando a



necessidade de estudos sobre o tema, bem como de mobilizações para a sua defesa. Portanto, compreende-se que a análise das perspectivas e categorias teóricas presentes nessas obras fomenta reflexões críticas acerca da política e da condução do cuidado em saúde mental nos governos recentes, bem como nas práticas profissionais. Tal movimento é necessário para problematizar a realidade da atenção à população e compreender como a produção acadêmica incide e tensiona a concretude das políticas públicas no Brasil.

Referências

- ALBRECHT, Daniela. A Luta antimanicomial nos governos democrático-populares: contribuições para um balanço a realizar. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 49, p. 49-64, 6 jan. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/63479>. Acesso em: 08 fev. 2026.
- AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.
- _____, Paulo. (Org.) **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- Bardin, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições, 70, 1979.
- CAVALCANTE, Lidiany de Lima; BELLINI, Maria Isabel Barros. Saúde mental em tempos de ultraneoliberalismo. **Argumentum**, Espírito Santo, v. 15, n. 3, p. 79-94, 30 set. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40036/28429>. Acesso em: 22 fev. 2026.
- DA SILVA, Ana Carla Souza Silveira; FIRER, Tali. Práticas de resistência em saúde como estratégia para o fim dos manicômios judiciais. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 50, p. 186–200, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/68520>. Acesso em: 9 fev. 2026.
- DUARTE, Marco José de Oliveira; FURTADO, Dayana Barbosa; TOMAZ, Marcilea; SILVA, Thays Ribeiro da. Drogas, proibicionismo e o cuidado em liberdade: desafios à política pública. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 54, p. 24-38, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/80188>. Acesso em: 22 fev. 2026.
- FREITAS, Gleidiane Almeida; ARAÚJO, Luciene. Serviço Social e Saúde Mental: uma experiência no espaço da palavra. **Temporalis**, Espírito Santo, v. 23, n. 45, p. 379–397, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/40341>. Acesso em: 9 fev. 2026.
- GARBOIS, Júlia Arêas; SODRÉ, Francis; ARAUJO, Maristela Dalbello. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. **Saúde Debate**, v.41, n. 112, p. 63-73, jan.-mar. 2017.
- HOFFMANN, Edla; FREITAS, Lyzete Bruna Pereira. Saúde em tempos ultraneoliberais: entre a atenção psicossocial e a (re)manicomialização. **Argumentum**, Espírito Santo, v. 15, n. 3, p. 48-64, 30 set. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40121/28423>. Acesso em: 22 fev. 2026.
- LIRA, Gabriela Fernandes Chaves; OLIVEIRA, Andreia. Desafios na sustentação dos princípios da luta antimanicomial. **Argumentum**, Espírito Santo, v. 15, n. 3, p. 111-125, 30 set. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40031/28435>. Acesso em: 22 fev. 2026.



NISIIDE, Ana Carolina Becker; BOARINI, Maria Lucia. Quando o judiciário é o respaldo: a internação psiquiátrica em questão. **Revista Katálisis**, Santa Catarina, v. 26, n. 2, p. 267-277, ago. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/DH63phbsxGXB775XsnghP8b/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2026.

PERDONSSINI, Bárbara Trentin; ALVES, Moisés José de Melo; MENEZES, Jessica Mabel Soares Teixeira. Inventando uma clínica possível: acompanhamento remoto de usuários de saúde mental na pandemia de Covid-19. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v. 25, n. 1, p. 167-181, 11 Jul 2021 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17282>. Acesso em: 9 fev 2026.

PEREIRA, Leticia Aparecida de Gois; GALONI, Luana Luiza; RIBAS, Grazielly. O impacto do racismo na saúde mental da infância preta no cenário brasileiro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 56, p. 159-173, 2 maio 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/62326/62326.PDF>. Acesso em: 21 fev. 2026.

PRUDENCIO, Juliana Desiderio Lobo; THEODORO, Laís Santos; BAQUEIRO, Victoria Lavignia de Oliveira. Comunidades Terapêuticas: a construção de uma política manicomial e proibicionista. **Argumentum**, Espírito Santo, v. 15, n. 3, p. 141-155, 30 set. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40033/28444>. Acesso em: 22 fev. 2026.

SÁ, Camila Maria de; COTRIM, Geiziane Silva. Pandemia e cuidado humanizado em um Centro de Atenção Psicossocial no Recife. **Argumentum**, Espírito Santo, v. 16, n. 2, p. 259-272, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/42293>. Acesso em: 9 fev. 2026.

SANTOS, Clara Barbosa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia. As contribuições críticas de Ignacio Martín-Baró: notas sobre saúde mental, fatalismo e guerra. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 2, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/tzfyFSTRhG7LQv7dgsYYyXc/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2026.

SANTOS, Josenaide Engracia dos; COSTA, Ilene Izidio da. Vida contada, vida vivida: racismo e sofrimento psíquico. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 2, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vW5wZgF8rRcs6zxQP79VZCD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2026.

SILVA, Júlio César Paiva e; ROSA, Lucia Cristina dos Santos. Redução de danos e sua potencialidade como ferramenta antirracista na atenção psicossocial. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v. 25, n. 2, p. 720-737, 13 Jan 2022 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/18473>. Acesso em: 8 fev 2026.

SILVA, Thaís Ishimoto Tanabe da; PEZZATO, Luciane Maria; LIMA, Laura Camara. Reflexos da contrarreforma psiquiátrica nos CAPS do Vale do Ribeira (SP). **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 2, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8cpKcs5MgfpwHK8b8cXXzMz/?lang=pt>. Acesso em: 07 fev. 2026.

TAVARES, Priscilla dos Santos Peixoto Borelli; LIMA, Rita de Cassia Cavalcante. O trabalho profissional das assistentes sociais na arena antiproibicionista às drogas. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 49, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/63452>. Acesso em: 9 fev. 2026.

VALENTIM, Renata Patricia Forain de; MARTINS, Mariah. Breve cartografia do Instituto



Municipal Nise da Silveira: o cuidado pela arte e cultura. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 54, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/80332>. Acesso em: 9 fev. 2026.